



Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Revista do PPGEA/FURG-RS

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

## Percepção ambiental e a prática docente nas escolas do meio rural do município de Itapetinga-BA

Cristina Nogueira Vianna Rezende<sup>1</sup>

Sandra Lúcia da Cunha e Silva<sup>2</sup>

Thiara Cardoso Silveira<sup>3</sup>

### RESUMO

O meio rural por muito tempo foi sinônimo de água limpa, ar puro e alimento saudável. No entanto, com a modernidade o meio rural também passou a vivenciar sérios problemas ambientais. Na busca de minimizar esses problemas a educação passou a ser vista como disseminadora de uma nova conduta ambiental. Dentro desse contexto, esse estudo teve por objetivo analisar a percepção ambiental dos docentes de ensino Fundamental I, das escolas do meio rural do município de Itapetinga/Ba, bem como o seu conhecimento sobre o meio ambiente local e global e quais as suas contribuições e atitudes em relação ao equacionamento dos problemas ambientais. Como instrumento metodológico utilizou-se questionários. A pesquisa identificou que 100% dos professores que atuam nas escolas rurais têm uma boa percepção ambiental local e global e que estão sempre buscando informações sobre a temática, levando, conseqüentemente, a incorporação curricular da discussão ambiental. Pode-se perceber, também, que um projeto bem sucedido de conscientização e educação ambiental, implantado nas escolas rurais do município, pelos órgãos governamentais, contribuiu decisivamente na formação e percepção dos docentes, que passaram a atuar junto à comunidade escolar de forma interdisciplinar, contextualizada e contínua.

**Palavras-chave:** Meio ambiente, Educação, Desenvolvimento sustentável.

**ABSTRACT:** The countryside for long time was synonymous of clean water, clean air and healthy food. However, with the modernity of rural areas, it also began to face serious environmental problems. Seeking to minimize such problems, education turned to be seen as a disseminator of new practice standards. Within this context, this study aims to analyze the environmental perception of teachers of elementary school, of the rural area's schools of the city of Itapetinga/Ba, as their knowledge about the local and global environment and what

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB. Especialista em Meio Ambiente e Desenvolvimento, pelo Centro de Ensino Pesquisa e Extensão/Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. 45.700-000 – Itapetinga – Ba. Brasil. [cristinanvrezende@hotmail.com](mailto:cristinanvrezende@hotmail.com)

<sup>2</sup> Professora Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/Campus de Itapetinga. 45.700-000 – Itapetinga – Ba. Brasil. [cunhasl@hotmail.com](mailto:cunhasl@hotmail.com)

<sup>3</sup> Graduanda do curso de Engenharia Ambiental da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/Campus de Itapetinga. 45.700-000 – Ba. Brasil. [thiara.silveira@bol.com.br](mailto:thiara.silveira@bol.com.br)

are their contributions and attitudes towards solving environmental problems. Questionnaires were methodological tool. The survey identified that 100% of teachers that works in rural schools have a good understanding of local and global environment and are always searching for information about the subject, in order to incorporate the curricular environmental discussion. It's also possible to realize that a successful project of conscience and environmental education, implemented in rural schools in the city, by the government, contributed significantly in teachers development and perception, which began to operate with the school community in a contextualized and continuous interdisciplinary way.

**Key words:** Environment, Education, Sustainable development.

## INTRODUÇÃO

A questão ambiental passou a despertar o interesse da sociedade, principalmente a partir da expansão do capitalismo industrial e do crescente processo de urbanização em todos os continentes, isto porque o homem tem percebido que a forma com que vem utilizando e explorando os recursos naturais está refletindo negativamente na sua qualidade de vida, não poupando até mesmo as áreas anteriormente conhecidas como naturais, como o meio rural.

Por muito tempo o meio rural foi sinônimo de água limpa, ar puro e alimentos saudáveis, lugar que emanava saúde, onde o homem estava em contato direto com a natureza. O modelo capitalista de consumo, a fim de atender os seus interesses econômicos, usou como subterfúgio a introdução de seus incrementos tecnológicos no meio rural, até então considerado arcaico e tradicional, buscando, com isso, a modernização do mesmo, bem como difundir no meio rural as práticas sócio-econômicas e as formas de vida e cultura do meio urbano-industrial. Este modelo de desenvolvimento agrário, introduzido no meio rural brasileiro, acabou por ocasionar graves problemas ambientais, como a erosão, o desmatamento, a perda de biodiversidade, entre outros.

A constatação de que o meio rural está susceptível a impactos ambientais, culminou por despertar órgãos governamentais e não governamentais a procurarem alternativas de desenvolvimento que minimizassem os impactos ambientais no meio rural, a fim de utilizar os recursos naturais de forma sustentável. Com isso, o espaço rural, que anteriormente era visto como um problema social, lugar “atrasado”, passa então a ter função social significativa, tanto para o cuidado com a natureza quanto para a garantia da produção de alimentos para a população em constante crescimento.

Frente à realidade de uma crise ambiental mundial, a educação passou a ser considerada como instrumento fundamental e estratégico para a construção de uma nova mentalidade e conduta ambiental, já que a educação é interpretada como um agente de informação, formação, construção e produção de conhecimentos. Além disso, através da educação é possível modificar valores e condutas, possibilitando o despertar de um pensamento crítico e reflexivo. Contudo, para que haja essa educação ambiental

transformadora, o papel do professor no contexto escolar acaba por assumir uma importância fundamental, pois é ele quem conduz e direciona todo o processo educativo dos alunos, a partir de sua própria vivência.

Cada indivíduo percebe, reage e responde de diferentes formas frente às ações sobre o meio. Segundo Soulé (1997), cada um de nós é uma lente exclusiva, fundamentada e polida por temperamento e educação. E nossas respostas à natureza – ao mundo – são tão diversas como nossas personalidades. As respostas ou manifestações são resultados das percepções, dos processos cognitivos, julgamentos e expectativas de cada um. Estas manifestações afetam nossa conduta, muitas vezes, inconscientemente.

De acordo com Capra (1996), a crise ambiental resulta de uma crise de percepção. Os aspectos relacionados à temática ambiental vêm se tornando um assunto comum e prioritário na sociedade em geral. Muito se falou, e ainda hoje se fala, sobre meio ambiente, no entanto, ainda não é tão patente a correta percepção que os indivíduos compreendem sobre o assunto, principalmente com relação à verdadeira dimensão das variantes ambientais e seus resultados sobre o ambiente como um todo (MACEDO, 2008), inclusive no meio rural.

Nesse contexto, a educação ambiental, inserida no processo educativo, tem surgido como uma proposta de construção de um novo pensar e agir, através do desenvolvimento de uma consciência ambiental, ou seja, de uma “sensibilização”, que provoque mudança de mentalidade e de atitudes na relação homem-natureza. Desta forma, sendo a educação um potencial motor das dinâmicas do sistema social (GUIMARÃES, 2007), a participação dos educadores é fundamental na proposta para o enfrentamento da crise ambiental.

Conduzido por esta perspectiva, este estudo teve por objetivo analisar a percepção ambiental dos docentes de ensino Fundamental I, das escolas do meio rural do município de Itapetinga/Ba, bem como o seu conhecimento sobre o meio ambiente local e global e quais as suas contribuições e atitudes em relação ao equacionamento dos problemas ambientais.

## **METODOLOGIA**

### **Perfil da área de estudo**

O município de Itapetinga está localizado no Centro Sul baiano, a 571 km da capital. Sua população é de 65.904 habitantes, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2008). A principal atividade econômica do município é a pecuária, mas também é movida por indústrias de grande porte, como as de calçados, laticínios e frigorífico, entre outras de pequeno porte que fomentam também a economia local.

Dentre os impactos ambientais enfrentados pelo município, destacam-se o desmatamento e as queimadas, fruto da pecuária extensiva realizada na região. Essas práticas retiram a cobertura vegetal nativa, provocando grande perda da fauna e da flora local, contribuindo para o desequilíbrio ambiental, seja em nível local ou global.

No entanto, o município de Itapetinga se destaca em relação aos municípios que compõem a microrregião de Itapetinga, por possuir um aterro sanitário público, um aterro sanitário industrial e por ter em andamento um projeto de implantação de uma estação de tratamento de esgoto. No campo da educação, destaca-se por ter qualificado os docentes municipais na área ambiental, através do projeto Educa Cidadão, uma parceria entre a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e a Secretaria Municipal de Educação, e por possuir, nas escolas rurais, um projeto de educação ambiental denominado Despertar, fruto de uma parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.

Com relação ao número de escolas, o município de Itapetinga possui 6 escolas estaduais e 35 escolas municipais, estando 14 destas localizadas no meio rural.

As escolas rurais de Itapetinga têm em seu quadro profissional uma diretora, uma coordenadora, uma secretária e 17 docentes. Deste total, no período em que foram coletados os dados, 16 estavam atuando, e uma docente encontrava-se em licença maternidade, prevista por lei. No ano de 2008 foram matriculados nas instituições 400 alunos, sendo que durante o ano letivo, por motivo de transferência dos pais dos alunos, esse número caiu para 370 alunos matriculados.

As escolas rurais de Itapetinga trabalham com o ensino Fundamental I, em sua maioria com turmas multisseriadas. Atua nos turnos matutino e vespertino, sendo que, em algumas, é oferecido Educação de Jovens e Adultos (EJA), no período noturno. O público atendido pelas instituições de ensino é basicamente composto por filhos de trabalhadores rurais ou moradores da região rural. Com relação ao projeto político-pedagógico, segundo informações obtidas junto à diretora das escolas rurais, no ano de 2008, ainda encontrava-se em processo de re-elaboração, sem data para conclusão.

### **Procedimentos metodológicos**

A proposta metodológica para o desenvolvimento dessa pesquisa foi respaldada no método quali-quantitativo. Este método possibilitou o contato direto do pesquisador com a situação estudada, de forma que foi possível ter liberdade para analisar e concluir descritivamente sem impedimento, ao mesmo tempo em que, através do método quantitativo,

permitiu utilizar dados ordinais e estatísticos para visualização e ratificação dos dados observados e discutidos. Para Santos Filho (2001) os métodos quantitativos e qualitativos não podem ser vistos como incompatíveis, mas sim como complementares, visto que o uso dessas duas abordagens na pesquisa apresenta um resultado mais considerável e significativo.

A primeira etapa da pesquisa consistiu num levantamento bibliográfico com a leitura seletiva e crítica. Posteriormente, foi feita a pesquisa de campo nas escolas rurais do município de Itapetinga, no período de 01/10/2008 a 20/12/2008. Para a coleta de dados contou-se com a aplicação de questionário semi-estruturado.

Os sujeitos da pesquisa foram 17 professores que atuam no meio rural do município de Itapetinga-Ba, e as 14 escolas. No total de professores atuantes, 16 responderam o questionário, ou seja, 94,0%. Apenas um professor não respondeu (6,0%), visto que o mesmo se encontrava em licença maternidade.

O questionário foi composto por duas partes. Na primeira objetivou-se obter informações gerais sobre os professores, tais como: Faixa etária, local de residência, tempo na instituição e perspectiva de permanência e séries que lecionam. Na segunda parte foram abordados os seguintes aspectos: Formação profissional, fontes de informação e conhecimento sobre o meio ambiente local e global, prática pedagógica sobre a temática ambiental nas escolas rurais, e comportamento e atitudes pessoais para a minimização dos problemas ambientais.

Após a coleta, os dados foram tabulados, analisados, discutidos e confrontados com a fundamentação teórica, de forma a se aproximar o máximo possível da realidade encontrada.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A maior parte dos professores das escolas rurais (87,0%) reside na área urbana, enquanto a menor parte (13,0%) reside nas áreas rurais. Os professores que residem nas áreas rurais ficam nestas áreas apenas no período letivo, e mesmo assim, de segunda a sexta-feira. Fora do período letivo, eles retornam para o centro urbano, ficando divididos entre o meio urbano e o rural. Um dos grandes problemas que a educação rural vivencia, na atualidade, é o fato dela ser, na maioria das vezes, atendida por professores com visão de vida urbana, com currículos, linguagens e atividades realizadas desvinculadas da realidade rural, ou seja, são escolas com modelos urbanos situadas no meio rural.

Diversos estudiosos de percepção ambiental afirmam que o espaço geográfico implica diretamente no olhar acerca do ambiente. Segundo Tuan (1983) existe uma estreita relação

entre vivência e tempo, pois para ele não é possível adquirir senso de lugar pelo simples ato de cruzar por ele. O mesmo autor ainda declara que o nativo tem uma complexa e derivada percepção do meio onde está inserido, diferente do visitante ou do “passante”.

Com relação à formação profissional dos professores, apenas 12,0% eram graduados e 63,0% estavam cursando a universidade, com previsão de término para o final de 2008. Contudo, 19,0% dos professores só possuem em sua formação o curso de magistério. Estes dados revelam que em relação aos índices nacionais, onde apenas 9,0% dos professores rurais possuem formação superior (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2003), o município de Itapetinga se destaca por apresentar taxas mais significativas, por ter se elevado, no final de 2008, para 75,0% de professores rurais com formação superior.

Pesquisas realizadas no Brasil em 2003 comprovam que o baixo nível de escolaridade dos professores rurais no país, revela a condição de carência que estas instituições se encontram. Conforme o Ministério da Educação, por meio do caderno de Subsídio-Referência para uma Política Nacional de Educação do Campo, no:

(...) ensino fundamental de 1ª a 4ª série, apenas 9% apresentam formação superior enquanto na zona urbana esse contingente representa 38% dos docentes. O percentual de docentes com formação inferior ao ensino médio corresponde a 8,3% na zona rural indicando a existência de 18.035 em professores sem habilitação mínima para o desempenho de sua atividade. Isso sem considerar aqueles que apesar de terem formação em nível médio, não são portadores de diploma de ensino médio normal. Na zona urbana esse contingente corresponde a 0,8%%. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2003, p.23)

No tocante ao curso de pós-graduação, os dados não são expressivos, apenas 6,0% dos professores possuem curso de especialização, sendo este em língua portuguesa. Nenhum educador entrevistado possui títulos de mestrado ou doutorado.

Destaca-se que, durante muito tempo, a maior parte do corpo docente das escolas rurais de Itapetinga contou apenas com a formação de magistério. Em 2006 esse quadro deu sinal de mudança, devido a uma parceria realizada entre a prefeitura municipal e a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), onde professores do município puderam realizar o curso de Licenciatura Plena em Educação Infantil em Séries iniciais do Ensino Fundamental.

Quanto à prática docente, pois nenhum dos professores entrevistados possui menos de 5 anos de atividade em sala de aula. Assim, é possível inferir que os professores das escolas rurais de Itapetinga possuem uma boa experiência em prática docente.

Com relação à prática docente em escolas rurais, apenas 12,0% lecionam de 6 a 10 anos, 50,0% lecionam de 2 a 5 anos (período razoável para aquisição de experiência para lecionar em áreas rurais), e 38,0%, número significativo, lecionam de 4 meses a 1 ano. A impressão que se tem é que a qualquer momento pode-se mudar o corpo docente das escolas rurais de Itapetinga. Na prática não existe uma política educacional voltada para as escolas rurais. São, na verdade, instituições sociais frágeis quanto ao ensino, conhecimento e organização. Este fato é bem abordado por Arroyo et al. (2004, p. 10):

A escola no meio rural passou a ser tratada como resíduo do sistema educacional brasileiro e, conseqüentemente, à população do campo foi negado o acesso aos avanços havidos nas duas últimas décadas no reconhecimento e garantia do direito à educação básica.

Quando questionados sobre a permanência na escola no próximo ano, apenas 13,0% afirmaram que iriam continuar ensinando nas escolas rurais, a maioria, 87,0%, não sabia. Isso porque, até o ano de 2008, período em que foi realizada a coleta dos dados, apenas três professores eram concursados, os demais eram contratados. Como a pesquisa foi realizada em ano de eleição, a permanência desses professores, não concursados, dependeria, provavelmente, da permanência dos gestores que os contratou. Esse fato, infelizmente, é uma prática comum em cidades de pequeno porte. Seria esse um novo “curral eleitoral”, uma forma de manter cativos alguns de seus eleitores?

Esse fato leva a uma instabilidade, já que é o gestor que determina, não oficialmente, a permanência ou a rotatividade dos professores nas instituições escolares. Esta instabilidade prejudica o andamento de projetos pedagógicos, visto que o vínculo do docente com a instituição escolar é muito tênue, ou não existe.

No caso específico de Itapetinga, foi implantado um projeto de educação ambiental, com resultados positivos, nas escolas rurais do município. Para a implantação desse projeto, o qual será citado posteriormente, a maior parte dos professores foi qualificada na área ambiental. Contudo, como a maioria (83,0%) não são concursados, poderão a qualquer momento perder seus cargos, desestabilizando ou até mesmo interrompendo o projeto de educação ambiental desenvolvido nas escolas rurais de Itapetinga.

Além desses fatores apontados, os professores e os alunos das escolas rurais brasileiras, em sua maioria, enfrentam sérios problemas de deslocamento e acesso às escolas, seja pela péssima qualidade das estradas ou pela necessidade de percorrer longos trechos a pé. Para Vasconcellos (1991), esta realidade está ligada ao tipo de oferta de ensino, no meio rural, e às distâncias entre os locais de moradia e as escolas. Para esse autor a distância a ser

percorrida é demasiadamente longa, dificultando ainda mais o processo educativo, seja pela distância em si ou pelo cansaço inerente as longas “viagens” diárias, sem contar a falta de segurança e a precariedade do transporte. Outro ponto a ser destacado diz respeito ao grande número de turmas multisseriadas. Segundo Araújo (2009, p.5) “No Brasil, em 2005 havia 106.454 turmas multisseriadas e, desse total, 59.818 turmas encontram-se na região Nordeste, o que corresponde a 56% das turmas existentes no Brasil”.

Esta realidade é bem expressiva nas escolas rurais do município de Itapetinga, já que 94,0% dos professores lecionam em todas as séries de 1ª a 4ª série e apenas 6,0% lecionam na pré-escola. Assim, evidencia-se que a existência de escolas com turmas multisseriadas no meio rural do Brasil é uma realidade que precisa ser vista e trabalhada, pois o número destas turmas em nosso país é quantitativamente representativo, havendo indicadores de que existem muitos professores que além de ensinar em classe com grupos heterogêneos quanto à série, idade e interesse, características de séries multisseriadas, têm de dividir o tempo em que atuam na organização funcional dessas escolas, e precisam, ainda, estar construindo competência para interagir na complexidade que caracteriza essa modalidade educativa (Araújo, 2009).

No que diz respeito à qualificação profissional, quando questionados se já fizeram alguma curso de capacitação com carga horária igual ou superior a 10 horas, voltada especificamente para as questões ambientais, 75,0% dos professores disseram que sim e apenas 25,0% disseram que não.

Este dado é justificado pelo fato do município de Itapetinga, juntamente com mais quatro municípios do estado da Bahia, ter sido escolhido, pela Secretaria de Agricultura, através do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), para a implantação de um projeto educacional intitulado Despertar. Este projeto tem como objetivo a formação do homem do campo, tanto do ponto de vista de criar uma consciência ecológica voltada para a defesa do meio ambiente, quanto para o desenvolvimento de temas como cidadania e ética, bem como a formação dos trabalhadores e produtores rurais. Além disso, o projeto Despertar propõe também a mudança das condições de vida do homem do campo, ou seja, uma melhor qualidade de vida.

Para a implantação e permanência do projeto, no município de Itapetinga, foram realizados cursos de capacitação para os professores do meio rural, que teve início no ano de 2005. Entre 2006 e 2007 houve novamente uma outra capacitação.

No ano de 2008 o trabalho com a temática ambiental foi bastante tímido, segundo os entrevistados, já que ficou a cargo de cada professor discutir a temática ou não. De acordo

com os entrevistados o II Seminário Municipal do Meio Ambiente, promovido pelas escolas do meio rural, do município de Itapetinga, foi a única ação institucional, realizada em 2008.

Vale ressaltar que dos 16 professores capacitados no projeto, apenas 11 deles, que iniciaram o projeto, permanecem lecionando nas escolas rurais, os docentes novos (38,0%) não receberam nenhuma capacitação para trabalhar com o projeto, por serem novos nas instituições. Outro ponto a ser salientado é a existência de professores que ensinam nas escolas rurais com menos de um ano, conforme já citado, o que acaba por desestruturar um trabalho bem sucedido.

A percepção ambiental não depende só dos órgãos dos sentidos, depende também de um conhecimento prévio, da cognição e da motivação que a capacitação oferece e reforça. O ambiente é percebido sob diferentes formas, influenciadas pelos seus valores e práticas culturais, ou seja, a percepção tem uma base sócio-cultural e psicológica adequadas para interpretar as informações que o ambiente fornece.

Oliveira (1977, p. 63 e 69), baseado em Piaget declara que a percepção “é uma explicação cognitiva em que a percepção é encarada como parte da vida do sujeito (...) em que os aspectos perceptivos estão intimamente ligados aos cognitivos para a construção do espaço”, ou seja, o observador em contato com o meio constrói sua percepção através da experiência e do amadurecimento.

Todos os professores, inclusive os recentemente contratados, afirmaram que nos anos de 2007 e 2008 foram desenvolvidas, mesmo que de forma individual, atividades relacionadas ao meio ambiente. Este relato é positivo, já que eles, mesmos não sendo igualmente capacitados como os demais, foram envolvidos e tiveram a oportunidade de desenvolver um novo olhar do meio ambiente que os cerca.

A lei federal nº 9795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, estabelece que a educação ambiental deve estar presente em todos os níveis e modalidade de ensino, tanto em seu caráter formal como informal. E o artigo 11º, dessa mesma lei, declara que os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender os objetivos da lei constituída (BRASIL, 1999).

Com relação aos entrevistados terem sido qualificados para trabalhar a temática ambiental durante a sua formação profissional, 63,0% dos professores disseram ter recebido essa formação. Apesar da existência da lei desde 1999, ainda 37,0% dos professores, declararam que durante sua formação (magistério e/ou curso superior), nas instituições em que estudaram, não foram preparados para trabalhar com as questões ambientais. O que se observa é que estes educadores só foram preparados e capacitados para abordar a temática

ambiental após a sua formação profissional, por meio das capacitações do projeto Despertar, já relatado anteriormente. No entanto, essa realidade não pode ser mais aceita ou justificada, já que a educação ambiental deve estar presente em todos os níveis e modalidades de ensino.

Vale aqui destacar, o papel fundamental da capacitação dos professores das escolas rurais de Itapetinga, ora para atualizar ou por em prática o que aprenderam durante a formação profissional, ora para proporcionar aos professores que não receberam essa formação, uma capacitação complementar específica. A junção destes fatos fez com que a lei que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, fosse facilmente cumprida nas escolas rurais do município de Itapetinga-Ba.

O educador, com bom nível de formação tem maiores chances de promover uma educação consciente, democrática, ética, solidária e atuante nas questões sócio-ambientais. Com a capacitação e o preparo dos docentes para trabalhar a temática ambiental, é possível ajudar os grupos sociais e os indivíduos a adquirirem consciência do meio ambiente de forma local e global.

Ainda sobre a formação docente, quando questionados sobre a importância de estar informado sobre temas ambientais, 100% dos entrevistados disseram procurar sempre se manter atualizado, pois acreditam que essas informações são essenciais para a formação profissional e pessoal. Este dado, possivelmente, é fruto da capacitação recebida pelos professores para trabalhar com o projeto Despertar desenvolvido nas escolas rurais do município, cuja qualificação acabou por atrair o interesse pela temática ambiental pelos professores.

Com relação às principais fontes de informação e atualização sobre as questões ambientais, baseado nas alternativas apresentada aos professores no questionário, os entrevistados citaram os seguintes meios de comunicação: jornal, televisão e rádio (25,0%); a prática educativa (23,0%), através do processo de co-aprendizagem, onde alunos e professores aprendem em conjunto; cursos de atualização e aperfeiçoamento (21,0%); por meio de cursos e materiais elaborados por órgãos governamentais (9,0%); por meio da graduação (8,0%); pela internet (8,0%); e através do contato com outros professores (6,0%).

Percebe-se que os meios de comunicações, representam a principal fonte de informação e atualização dos professores, ocupando o primeiro lugar em relação aos demais itens. Para a maioria das pessoas, o rádio, a imprensa e a televisão são as fontes mais procuradas, ou às vezes, as únicas fontes de informação sobre o meio ambiente, portanto, é inegável a sua importância na promoção de debates, a fim de gerar transformações e soluções dos problemas ambientais locais e globais. Contudo, sabe-se que estes meios (televisão, rádios

e jornais) dificilmente tratam dos problemas ambientais com profundidade e clareza, geralmente os enfoques são superficiais ou distorcidos. Para Brügger (1999) muitas mensagens na mídia revelam conteúdos fortemente anti-ambientais no sentido de “formar”, “conformar” ou “deformar” aspectos da realidade ambiental. Ela também afirma que a mídia trata os conteúdos ambientais de forma “deseducativa” e alienada.

Não se pode esquecer que as empresas de comunicação estão subordinadas à economia de mercado, ou seja, a imprensa direciona o enfoque que irá abordar a fim de atender o interesse do capital, mesmo que muitas vezes esteja contrário ao interesse do público. Nesse contexto, é de fundamental importância que os educadores obtenham informações sobre o meio ambiente por fontes seguras, as científicas, pois informações equivocadas certamente distorcerão a percepção da realidade que nos cercam.

Os dados obtidos também demonstraram a ínfima contribuição que a graduação e os órgãos governamentais promovem para a atualização e aperfeiçoamento dos seus professores. Em abril de 1999 foi promulgada a Lei Federal nº 9.795 (BRASIL, 1999), a qual foi regulamentada pelo Decreto nº 4281 de junho de 2002 (BRASIL, 2002), legitimando definitivamente a educação ambiental como política pública nos sistemas de ensino, onde a educação ambiental passou a ser compreendida como uma prática educacional integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades de ensino, e que determinou que os professores em atividade deveriam receber formação complementar em sua área de atuação.

Assim, nos últimos anos, percebe-se uma intensificação da prática da educação ambiental nas instituições de ensino, tanto pública como privadas. No entanto, tal prática tem sido conduzida de forma limitada na maioria das instituições. Sem grandes investimentos governamentais, sem uma fiscalização efetiva, e sem a certeza da garantia da continuidade dos projetos, bem como da capacitação dos educadores, por falta principalmente de incentivos financeiros e de uma política pedagógica verdadeiramente voltada para a educação ambiental, fazendo com que a aplicabilidade da lei 9.795/99 fique a desejar. Para Dias (1991), existem deficiências, erros, inadequações e falta de apoio na prática dessa educação ambiental, para ele, o desprezo à educação ambiental é o mesmo desprezo historicamente dedicado à educação. Deste modo, mesmo com a existência da Lei, a prática educacional se dá de forma restrita. Falta o interesse e o empenho dos órgãos governamentais para que ela alcance os objetivos almejados, fundamentais para a perpetuação da humanidade.

De acordo com Carvalho (2006), além da aprovação das Leis e da introdução de novas diretrizes curriculares e orientações didáticas, é necessário que haja mais acompanhamento e

maior apoio ao que acontece dentro das escolas, no espaço da sala de aula, já que é lá que a educação realmente acontece.

Quando questionados sobre os principais responsáveis pela atual crise ambiental em nosso planeta, a maioria dos entrevistados (56,0%) atribuiu a crise ambiental vivenciada atualmente à somatória de todas as alternativas propostas (o atual modelo econômico, a desigualdade social, o elevado índice de crescimento populacional, o atual modelo de consumo e a desinformação). Ou seja, na percepção da maioria dos professores, o causador da crise não é um fator isolado, a crise é multifacetária, ela é econômica, política, social, cultural, ética e ambiental, demonstrando um amadurecimento destes em relação à temática ambiental. Capra (1996), destaca a importância de se perceber o aspecto sistêmico dos problemas de nossa época, que não podem ser entendidos isoladamente, pois estão interligados e são interdependentes.

Com relação aos problemas ambientais mais críticos existentes no município de Itapetinga, entre as alternativas apresentadas no questionário, a poluição da água e o desmatamento foram os mais citados. Esta resposta se justifica pelo fato da região basear a sua economia na pecuária extensiva, que com a intenção de ampliar o pasto desmatam as florestas nativas de forma desrespeitosa. Entre as conseqüências desastrosas dos desmatamentos, cabe aqui destacar a perda e a destruição da biodiversidade, resultando na diminuição ou, muitas vezes, na extinção de espécies vegetais e animais.

As florestas possuem uma enorme biodiversidade e um incalculável valor para as futuras gerações. Muitas espécies, que podem ser a chave para a cura de doenças, usadas na alimentação ou como novas matérias-primas, estão correndo riscos de serem destruídas antes mesmo de serem conhecidas e estudadas. Esse patrimônio genético é bastante conhecido pelas várias nações indígenas e por nativos que habitam em áreas rurais. Mas essas comunidades, devido ao desmatamento, também estão sofrendo um processo de genocídio e etnocídio, já que a expansão da pecuária através desta prática tem ocupado terras de nativos, levando à perda de seu patrimônio cultural dificultando, portanto, a perpetuação dos seus conhecimentos culturais.

Quanto à gestão dos recursos hídricos, o município de Itapetinga também tem deixado a desejar, fato esse que, nos últimos anos, vem mobilizando a comunidade local, seja através de ações mais efetivas ou apenas através da reflexão. O fato é que o rio Catolé está presente na memória e nos corações dos cidadãos itapetinguenses. Rio Catolé, fonte da vida, que ao longo dos anos do desenvolvimento do município, além de ver sua mata ciliar ser

gradativamente substituída por pastos, está recebendo no seu leito todo o despejo de resíduos de origem doméstica e industrial.

A poluição dos recursos hídricos, em Itapetinga e no Planeta, é resultado da maneira como a sociedade está desfrutando dos seus recursos naturais. A poluição é fruto da ausência de uma educação que promova a sensibilização do meio ambiente pelos seus habitantes, que não tendo conhecimento dos seus direitos e deveres para exigir uma nova postura, acabam por agravar ainda mais o problema. A omissão na reivindicação de seus direitos tem como consequência a constante impunidade das indústrias, que poluem cada vez mais. Os governantes também se aproveitam da ausência da educação do povo e fecham os olhos para a questão, como se tal poluição não os atingisse também. A educação ambiental vem justamente resgatar a cidadania, para que o povo tome consciência da necessidade de preservar o meio ambiente, que influi diretamente na manutenção da nossa própria sobrevivência no planeta.

Além desses problemas ambientais, também foram citados pelos professores, em ordem decrescente, o esgoto não tratado, a violência, a perda da biodiversidade, a pobreza, o uso abusivo de agrotóxico, o “lixo”, e a poluição sonora e visual. Nota-se que os entrevistados não se limitaram a perceber apenas os problemas de ordem ligada à “natureza”, o que tem demonstrado um conceito amplo de meio ambiente.

Com relação aos problemas ambientais existentes no meio rural, as queimadas e os problemas climáticos foram apontados, pelos entrevistados, como os principais. Ambos relacionados à pecuária extensiva, por ser a principal fonte de renda do município.

A pecuária é apontada hoje como uma das grandes vilãs no processo do aquecimento global, sendo a causa principal das queimadas e desmatamento da nossa região. Por degradar o solo, acaba por transformá-los em verdadeiros espelhos refletores de calor para a atmosfera. Este e outros fatores têm corroborado para o desequilíbrio climático.

A falta de consciência ambiental é o terceiro problema mencionado pelos professores. Os entrevistados percebem a importância da consciência ambiental na construção de uma nova mentalidade, de uma nova conduta e um novo modelo de desenvolvimento que possa utilizar de forma inteligente e sustentável os recursos naturais, a fim de minimizar os problemas ambientais de origem antrópica. Segundo Vela (2000, p.12):

A consciência de que é preciso agir de forma coletiva é manifesta em todos os documentos resultantes das principais conferências mundiais sobre desenvolvimento. Sobre esta base, a atitude das sociedades contemporâneas do mundo globalizado, em relação ao meio ambiente, permitirá que mais

tarde se fale no homo ecológico, aquele que, de forma coletiva, desencadeou a consciência de que o homem faz parte do meio, e dele depende em maior ou menor grau, sendo necessário o estabelecimento de um desenvolvimento equilibrado entre as necessidades humanas e o meio ambiente natural.

Os demais problemas, existentes no meio rural, ainda levantado pelos professores, em ordem decrescente de citação, foram: o desmatamento, a contaminação da água, a falta de saneamento, a falta de ação pública e de fiscalização ambiental, o desemprego, a contaminação do solo e o acúmulo de lixo.

Todos os entrevistados disseram contribuir para minimizar os problemas ambientais. Destes, 50,0% declararam contribuir orientando a comunidade, 31,0% dos professores, afirmaram conservar a natureza e 19,0% revelaram realizar trabalhos comunitários. No atual contexto de crise ambiental local e global, todos têm a responsabilidade e devem ser atuantes para expandir em todo tempo e espaço a consciência ambiental, para que a relação do homem com a natureza seja o mais harmonioso possível. Estas atitudes são um “despertar” em favor de um mundo viável. O exercício da cidadania ambiental está ligado a uma nova forma de relação homem/natureza e à sua dimensão cotidiana. O desafio que está sendo colocado é o de não só reconhecer e perceber, mas estimular práticas que reforcem as atitudes de cooperação. Isto representa a possibilidade de mudar as práticas prevaletentes, definindo novas relações e ações conjuntas.

Com relação às ações em defesa do meio ambiente, 69,0% responderam que elas estão mais voltadas para o uso racional da água, enquanto 6,0% responderam que se envolvem com a economia de energia. Estes dados refletem a realidade da comunidade, visto que a acessibilidade a água é mais difícil, já que algumas áreas rurais são atendidas por carros pipas, o que ocorre principalmente em épocas de secas, acabando por despertar um maior interesse e preocupação.

A baixa porcentagem em relação à coleta seletiva de lixo (6,0%) demonstra o quanto a nossa sociedade ainda não despertou para essa realidade. Vale salientar que o município embora tenha uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis, ainda não possui uma coleta seletiva institucionalizada, deste modo, essa ação acaba não sendo incentivada e praticada.

Dos entrevistados, 19,0% disseram desenvolver ações voltadas para a preservação da fauna e flora. O uso de áreas naturais para a agricultura e a pecuária contribuiu decisivamente para a redução de vegetações nativas das regiões brasileiras. Florestas devastadas trazem sérios problemas ambientais não somente em nível local como também mundial, logo que a

devastação destas provoca o desequilíbrio e conseqüentemente a perda da biodiversidade. A fauna e a flora, assim como os demais recursos ambientais, exercem uma função no ecossistema e são indispensáveis para o seu equilíbrio. A ausência de qualquer espécie altera toda a dinâmica do sistema, assim, uma alteração na diversidade de espécies afeta a qualidade do ecossistema que, conseqüentemente, afetará a vida do ser humano.

O desafio é preservar e utilizar os recursos naturais de forma que sejam respeitadas as suas características, a fim de proteger o ecossistema e a biodiversidade local. Para Silva (2002, p. 162) a conservação da floresta não é feita de forma a deixá-las intocáveis, mas sim obter os seus benefícios de modo que se respeite todas as suas características básicas.

Por isso é que sua conservação – que não quer dizer imobilização, mas aproveitamento sustentado – é de vital importância. O manejo florestal sustentado consiste em um modo de exploração florestal que se respeitem às características básicas do ecossistema, pela sua sustentação dos processos ecológicos essenciais e da diversidade genética da área, levando em conta, além do mais, que cada floresta é também o lugar de vários nichos ecológicos, cuja destruição ou perturbação importa em desequilíbrio – não raro, e fatal para as espécies daquele habitat. O manejo sustentável propicia o rendimento sustentado, que corresponde ao incremento da floresta – rendimento, pois inesgotável, porque mantém sua fonte de sustentação permanente. (SILVA, 2002, p. 162).

Para 64% dos professores, o setor educacional é o mais envolvido com a proteção ambiental. Com essa afirmação os entrevistados trazem para si a responsabilidade, e se percebem como agente formador e transformador do quadro de crise ambiental que estamos vivenciando, já que são eles, os atuantes e representantes desse setor. A educação hoje assume cada vez mais uma função transformadora, com propósitos de sensibilizar e motivar as pessoas para modificarem suas ações ambientais, a fim de buscar diversas formas de participação na defesa da qualidade de vida. Contudo, há que se ressaltar que a educação ambiental é condição necessária para modificar o quadro de crescente degradação sócio-ambiental, mas ela não é suficiente, ela é sim mais uma ferramenta de mediação necessária entre culturas, comportamentos diferenciados e interesses de grupos sociais para a construção das transformações desejadas (Tamaio, 2000). Para Reigota (2004, p. 12):

A educação ambiental por si só não resolverá os problemas ambientais planetários. No entanto ela pode influir decisivamente para isso, quando forma cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres. Tendo consciência e conhecimento da problemática global e atuando na sua comunidade, haverá uma mudança no sistema, que se não é de resultados imediatos, visíveis, também não será sem efeitos concretos. Os problemas ambientais foram criados por homens e mulheres e deles virão as soluções. Estas não serão obras de gênios, de políticos ou tecnocratas, mas sim de cidadãos e cidadãs.

A sociedade em geral, é citada como a segunda maior responsável pela proteção ambiental (12,0%). Os demais responsáveis, declarado pelos professores foram, o governo, os meios de comunicação e as organizações não governamentais, cada um com 6,0%. Vale destacar, que 6,0% dos professores não souberam responder. No entanto, para que haja uma educação crítica e emancipadora, é essencial que os docentes sejam ativos na apropriação e na elaboração dos seus conhecimentos, seja referente ao mundo natural (o meio ambiente) ou cultural.

É necessário que estes educadores compreendam que são agentes importantes de mudanças sócio-ambientais, tanto para a sua própria vida, quanto para o contexto em que vivem. O momento atual exige que a sociedade esteja mais motivada e mobilizada para assumir um caráter mais propositivo. Portanto, é importante a informação e a participação de todos os setores sociais de forma individual e coletiva para a construção de ações sustentáveis.

A consciência dos entrevistados em reconhecer a sociedade em geral, com 56,0%, e a indústria, com 31,0%, como sendo os principais causadores dos danos ambientais, é uma percepção positiva, pois não se pode esquecer que a economia é um sistema vivo, formado por seres humanos que estão em constante ação entre si e o ecossistema que o cerca. Esses dados refletem a atualidade vivenciada no município, que avança no seu crescimento industrial, aliado a uma maior informação a respeito dos problemas ambientais advindos desse crescimento, sem uma gestão adequada dos recursos naturais. A pecuária ficou em terceiro lugar, com relação ao dano ambiental, com 13,0%, esse dado chama a atenção, pois ela representa um dos grandes responsáveis pelo impacto sobre a biodiversidade no município. Provavelmente, esses dados estejam refletindo o fato de que ao longo do desenvolvimento do município de Itapetinga, a devastação da mata ciliar e da reserva legal ter sido comumente praticada. Os agropecuaristas, visando o lucro e querendo aumentar sua produção, utilizaram destas áreas para criar os seus rebanhos, tornando-se, assim, ao longo da história do desenvolvimento do município, uma prática aceita pela comunidade. Uma prática inserida, talvez, no consciente coletivo como o único caminho a ser seguido.

O ser humano está acostumado a não admitir a “culpa” sobre os efeitos negativos que causa ao meio ambiente. No dia a dia, o homem mesmo que inconscientemente, está sempre causando algum dano ao meio ambiente. Impactos ambientais decorrentes do cotidiano das pessoas são, em geral, vistos como pouco expressivos ou totalmente desconsiderados. No entanto, as ações diárias de bilhões de pessoas e uns cem números de consumo de bens e serviços representam uma pressão sobre os recursos naturais, por vezes insuportáveis, o que

explica o fato de 69,0% dos questionados terem declarado que eventualmente causam algum dano ao meio ambiente, e 18,0%, terem afirmado que não causam dano algum. Apenas 13,0% reconheceram que causam dano. Vasconcellos (1997) declara que não se sentindo como parte integrante do meio ambiente, o ser humano não percebe os efeitos de suas atitudes, ou se percebe não os avalia.

Quando questionados sobre a atuação das instituições de educação básica frente às questões ambientais, 38,0% responderam que é uma prática freqüente, 50,0%, a maioria, afirmaram que esta prática é realizada, mas de forma eventual, já 12,0%, declararam que estas instituições não trabalham as questões ambientais. Infelizmente a abordagem ambiental "continua sendo um assunto marginalizado, isolado no interior dos sistemas educativos" (ZAKRZEVSKI, 2003, p.42). As ações ambientais desenvolvidas por educadores tem sido de natureza instrumental e raramente é reflexiva (GAZZONI, 2006). Atualmente, abordar temas ambientais nas escolas é fundamental para o pensamento contemporâneo, não é modismo ou um simples adjetivo educacional. Ela é um componente nodal que promove a reconstrução do sistema de relação entre as pessoas, a sociedade e o ambiente natural (SAUVÉ, 1999), ou seja, ela colabora para o exercício da reflexão do modelo de desenvolvimento econômico, contribuindo para formar uma sociedade mais responsável.

No que diz respeito à atuação dos docentes das escolas rurais do município de Itapetinga, 100% dos entrevistados desenvolvem ações voltadas para a temática ambiental, os quais afirmaram que além de utilizar livros e cartilhas voltadas para o tema, também estão constantemente discutindo a temática no dia-a-dia da sala de aula. Na visão de 94,0% dos professores entrevistados, essas discussões têm promovido mudanças de atitudes da comunidade escolar em relação ao meio ambiente. No entanto, 6,0% dos questionados, declararam que essas discussões não modificam condutas, necessitando, portanto, de ações mais efetivas, ou seja, vivenciadas no cotidiano escolar.

A educação ambiental propõe a quebra de fronteiras entre as disciplinas, e aniquila a lógica dicotômica que separa a cultura popular da científica, ou seja, ela une o conhecimento tradicional e regional do conhecimento acadêmico. O tema meio ambiente não pode ser visto como um tema a ser abordada em um só espaço, em um só lugar, ela tem que estar presente em todos os momentos, e em todas as disciplinas de forma integrada, ou seja, deve estar presente em cada uma delas de forma espontânea. Quando o professor proporciona ao aluno situações que lhes permitam construir seus conhecimentos, o ensino torna-se mais significativo e sistêmico. O conhecimento passa a ser visto como algo que pode ser aplicado,

por estar próximo, presente na nossa realidade de vida, já que educar nada mais é do que ensinar a viver.

Para Leff, (2001, p. 210):

O saber ambiental é mais do que o conhecimento composto pela amálgama dos saberes atual ou pela conjunção das diversas disciplinas para resolver um problema concreto, ele questiona os paradigmas dominante do conhecimento para construir novos objetos interdisciplinares de estudo (...). A EA exige a criação de uma saber ambiental e sua assimilação transformadora.

Perguntados se o fato dos alunos viverem no meio rural ser um fator positivo para abordagem de temas ambientais, 82,0% disseram sim, que este contexto é um fator facilitador, já 18,0% declararam que nem sempre esta realidade facilita a abordagem da temática. Para Diegues (1997), muitas vezes os habitantes do meio rural têm percepções diferentes dos das áreas urbanas. Muitos camponeses têm uma relação pessoal com o meio ambiente. A natureza não é um objeto, mas sim um mundo de complexidade em que os seres vivos são frequentemente personificados e endeusados por meio de mitos locais. O autor também afirma que o termo conservação pode não fazer parte do seu vocabulário, já que o meio ambiente, ou melhor, a natureza, é parte integrante do seu modo de vida. Para o autor, isso se dá porque a percepção ambiental do homem do campo é uma simbiose entre o homem e a natureza, ou seja, é uma relação de interdependência. Portanto, a abordagem do tema ambiental pelos docentes que atuam nas escolas rurais deve está voltada para a realidade do campo.

Outro aspecto a ser destacado, diz respeito ao caráter unificado das ações que estão sendo desenvolvidas na educação rural do município, as quais têm como gestores e parceiros o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), o estado, representado pela Federação da Agricultura e Pecuária (FAEB) e o município de Itapetinga, por meio da Secretaria Municipal de Educação. Todos os professores (100%) declararam que estas ações, referente ao projeto pedagógico de educação ambiental, são desenvolvidas em conjunto com a instituição que ensina. Esta parceria foi e é de fundamental importância para a implantação e continuidade do projeto pedagógico de educação ambiental, existente nas escolas rurais do município de Itapetinga. Desde 2005, ano de implantação do projeto denominado “Despertar”, professores, por meio de capacitação e seminários, alunos, bem como a comunidade local, através do desenvolvimento do projeto, tiveram a oportunidade de refletir, sensibilizar-se, discutir e promover ações transformadoras para a minimização de problemas ambientais locais, e, conseqüentemente, globais.

A abordagem de temas ambientais e ações de conscientização, declaradas pelos docentes, decorrem da percepção, do ato de ver e pensar a realidade em que estão inseridas de modo mais complexo. Discutir sobre a complexidade ambiental abre uma extraordinária oportunidade para a promoção de ações sociais, que se mobilizam para a apropriação da natureza de forma sustentável. E esta participação, apoiada numa lógica que privilegia o diálogo e a interdependência de diferentes áreas de saber, implica não só na mudança na forma de pensar, mas também na de agir (JACOBI, 2003).

Para Vigotsky (1991 *apud* TAMAIO, 2000), pode-se dizer que o processo de reconstrução interna dos indivíduos, ocorre a partir da interação com uma ação externa – “natureza, reciclagem, efeito estufa, ecossistema, recursos hídricos, desmatamento” (JACOBI, 2003 p.197) – na qual os indivíduos se constituem como sujeitos através da internalização de significados sócio-ambientais que são construídos e (re) elaborados no desenvolvimento de suas relações sociais. Trata-se de um aprendizado social, que se dá por meio de interações que estão em constante processo de recriação e reinterpretação de informações, conceitos e significados, que podem se originar da aprendizagem (JACOBI, 2003). Para este, o maior desafio é evitar cair na simplificação ambiental onde poderá construir uma relação pouco harmoniosa entre os indivíduos e o meio ambiente, mediante práticas localizadas e pontuais, muitas vezes distantes da realidade social vivenciada.

Contudo, há que se enfatizar que embora os docentes entrevistados tenham uma boa percepção ambiental e estejam promovendo ações no sentido de equacionar os problemas ambientais, 83,0% dos entrevistados eram professores contratados e apenas 17,0% concursados, um dado muito preocupante, já que foram esses mesmos professores que participaram da qualificação do projeto Despertar. Não tendo nenhuma estabilidade na permanência na instituição onde lecionam, poderá e certamente ocorrerá a quebra da continuidade de um trabalho bem sucedido, a não ser que novas ações venham a ser desenvolvidas pelos gestores públicos ou que seja dada continuidade ao projeto já existente.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir desse estudo pôde-se perceber que a maior parte dos docentes que atuam nas escolas do meio rural, do município de Itapetinga, foram qualificados para trabalhar temas ambientais, o que contribuiu para uma maior percepção da complexidade ambiental.

Os dados revelaram também, que todos os professores procuraram manter-se atualizados sobre a temática, afirmando que esta atualização é importante tanto para sua

prática pedagógica, quanto para sua própria vida. No entanto, os principais recursos de atualização de informações utilizados pelos docentes foram os meios alternativos, como televisão, e não os científicos e acadêmicos.

Todos os docentes afirmaram que praticam ações voltadas para a minimização dos problemas ambientais. O estudo mostrou que os professores têm uma boa percepção dos problemas ambientais do município de Itapetinga e do meio rural que lecionam.

As escolas rurais do município de Itapetinga vêm promovendo projetos de conscientização ambiental, que tem como propósito envolver os alunos e a comunidade como um todo nesta causa. Para a implantação e permanência desse projeto, foram realizados cursos de capacitação e seminários voltados para o tema meio ambiente, bem como, atividades coletivas de solidariedade para despertar novas atitudes. Essas atividades proporcionaram aos docentes um envolvimento maior com o meio ambiente local, favorecendo-lhes a oportunidade de perceber mais nitidamente o meio em que estão lecionando.

Pôde-se perceber também, que os investimentos governamentais influenciaram decisivamente para a boa percepção e atuação dos professores. Espera-se, que as administrações sucessivas dêem continuidade ao projeto, cumprindo, assim, a sua obrigação enquanto gestor público, de acordo com a Lei 9795/99, com propósito, de formarmos cidadãos sensibilizados, comprometidos e motivados, de tal modo que possam participar ativamente para a minimização dos problemas ambientais. E assim, fazer parte de uma nova história, pois cada um de nós somos os protagonistas do ambiente em que vivemos. A mudança do cenário atual só depende de cada um de nós, e os educadores, nesse contexto, têm fundamental importância na formação destes cidadãos.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J, D, S, A. **A escola rural brasileira:** vencendo os desafios nos caminhos e descaminhos do tempo. Universidade Federal do Piauí. Disponível em: [www.ufpi.br/mesteduc/eventos/ivencontro/GT1/escola\\_rural.pdf](http://www.ufpi.br/mesteduc/eventos/ivencontro/GT1/escola_rural.pdf). Acesso em 18/01/2009.

ARROYO, M. G; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Org.). **Por uma educação do campo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BRASIL. **Lei nº 9795 de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental e dec Política Nacional de Educação Ambiental.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 4281 de 25 de junho de 2002.** Regulamentação da Lei 9.795/99.

BRÜGGER, P. A natureza da mídia e a natureza na mídia. In: SPERANZA F. M. et (Orgs), **Educação ambiental: compromisso com a sociedade**. Belo Horizonte: MZ Editora, 1999.

CAPRA, F. **A teia da vida** - Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1996.

CARVALHO, M.B.S.S. **Educação ambiental: A experiência da Escola Municipal Agrícola**. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de São José do Rio Pardo, 2006. Disponível em: [www.centrorefeducacional.com.br](http://www.centrorefeducacional.com.br). Acesso em 18/11/2008.

DIAS, G.. **Os quinze anos da educação ambiental no Brasil: um depoimento**. Revista Em Aberto, Ano 10, nº 49, Brasília/DF, 1991.

DIEGUES, A.C. As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais. In: SERRANO, C E BRUHNS, H. (Org), **Viagens à natureza**. São Paulo: Papirus, 1997.

GAZZONI, C.J.R. **Um estudo do processo de formação continuada de educadores para inserção da dimensão ambiental nas práticas pedagógicas do ensino fundamental**. 2006.131f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Centro de Educação e Ciências Humanas e da Comunicação. Universidade do Vale do Itajaí, Santa Catarina, 2006.

GUIMARÃES, M. **A formação de educadores ambientais**. Campinas, Sp: Papirus, 2007.

IBGE, Censo Demográfico 2008. Disponível em: [www.ibge.gov.br/censo](http://www.ibge.gov.br/censo). Acessado em maio.2009.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n.118, mar. 2003, p. 189-206.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MACEDO, R. L. G et al. **Pesquisas de percepção ambiental para o entendimento e direcionamento da conduta Ecoturística em Unidades de Conservação**. Universidade Federal de Lavras. Disponível in: [www.physis.org.br/ecouc/Artigos/Artigo50.pdf](http://www.physis.org.br/ecouc/Artigos/Artigo50.pdf). Acessado em 02/07/2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo. **Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo: Caderno de Subsídios**. Brasília, 2003. .

OLIVEIRA, L. Contribuição dos estudos cognitivos à percepção geográfica. **Revista Geografia**, São Paulo, v.2, n.3, p.61-72, 1977.

REIGOTA, M.. **O que é educação ambiental**. São Paulo, Brasiliense: 2004.

SANTOS FILHO, J. C.. Pesquisa quantitativa versus pesquisa qualitativa: o desafio do paradigmático. In: SANTOS FILHO, J. C; GAMBOA, S. S. **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. 4. ed. São Paulo:Cortez, p.13-59, 2001.

SAUVÉ, L. La educación ambiental entre la modernidad y la posmodernidad: en busca de un marco educativo integrador. **Tópicos en educación ambiental**. México: Semarnap, v. 1, n.2, 1999.

SILVA, G.E.N. **Direito ambiental internacional**. Rio de Janeiro: Thex, 2002.

SOULÉ, M. E. Mente na biosfera; mente da biosfera. In: WILSON, E. O. **Biodiversidade**. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1997.

TAMAIO, I. **A mediação do professor na construção do conceito de natureza**: uma experiência de Educação Ambiental na Serra da Cantareira e Favela do Flamengo/São Paulo. (Dissertação de Mestrado). UNICAMP, 2000. .

TUAN, Y. F. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

VASCONCELLOS, E. A. **Crianças Rurais e Acesso à Escola**: sugestões de política pública, 1991. Disponível em: [www.sead.gov.br/produtos/spp/v05n01\\_13](http://www.sead.gov.br/produtos/spp/v05n01_13). Acesso 24 jun. 2009.

VASCONCELLOS, J. Trilhas Interpretativas como Instrumento de Educação. In: **Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**. Anais. Vol. I. Curitiba-PR. IAP; Unilivre: Rede Nacional Pró Unidade de Conservação. Curitiba, p. 465-477, 1997.

VELA, H. A. G.; PEREIRA, J. **Pensamento e prática em educação ambiental**. Santa Maria: UFSM, 2000.

ZAKRZEWSKI, S. B. (org). **A educação ambiental na escola**: abordagens conceituais. Erechim-RS: Edifapes, 2003.